A invenção dos Estados na África ocidental

A África ocidental é uma das áreas componentes da África subsaariana, região do continente que congrega cerca de 40 países. A África ocidental compreende, numa visão mais ampla, quinze países. Em termos mais restritos, a região é formada por doze. Assim, o Mali, o Níger e Burkina Fasso — três Estados interiores, com expressivas porções desérticas e significativa influência árabe-muçulmana, são os excluídos. Os países considerados nessa região são aqueles localizados entre a foz do rio Senegal e a fronteira entre a Nigéria e Camarões, todos banhados pelas águas do Atlântico e do golfo da Guiné.

Perfazendo uma área de aproximadamente 2,3 milhões de km^2, os países ali presentes abrigam efetivo populacional de quase 250 milhões de pessoas, das quais aproximadamente a metade habita a Nigéria, de maior superfície. Do ponto de vista cultural, a África ocidental é um verdadeiro mosaico de povos dominantemente negro-africanos. É também uma área de contato entre seguidores de crenças ancestrais (denominadas animistas), do cristianismo (trazido pelos colonizadores europeus) e do islamismo (difundido no passado por povos árabes e que vem crescendo e renovando seu vigor religioso na atualidade). Essa diversidade etnocultural ajuda a explicar os inúmeros conflitos e tensões que ocorreram e que ainda ocorrem na região.

África Ocidental: conflitos e recursos

Assim como no restante do continente, a África ocidental sofreu o impacto do colonialismo europeu. As linhas gerais da divisão colonial da África foram definidas na Conferência de Berlim (1884-1885). Ela não dividiu o continente em colônias, mas fixou as regras que deveriam ser seguidas pelas potências europeias no processo de partilha da África. Só na última década do século XIX foram estabelecidas bases coloniais e iniciou-se o processo de definição do traçado das fronteiras.

Esse traçado ignorou os espaços étnicos e culturais pré-existentes e apoiou-se em linhas (paralelos e meridianos) ou acidentes naturais como os rios ou divisores de águas. Os cursos fluviais, em particular, foram de fundamental importância como eixos de penetração por parte dos colonizadores.

Durante o período colonial, as metrópoles europeias criaram divisões administrativas no interior de seus domínios. Elas quase sempre tinham funções ligadas à distribuição das forças militares ou ao controle de cidades e áreas de exploração mineral. Essa base de poder político-administrativo e econômico montada durante a época colonial transferiu-se, após a independência, para as elites locais que, por regra geral, exerceram seu poder de forma autoritária.

Em boa parte dos casos, essas elites representavam apenas um dos grupos étnicos do novo país e excluíam por completo as etnias rivais. Por exemplo, os afro-americanos da Libéria (menos de 5% da população) mantiveram o poder político desde a independência do país em 1847, até 1980.

A presença colonial na África ocidental foi bem variada. Assim, a França exerceu seu domínio sobre o Senegal, Guiné, Costa do Marfim e Benin. A Grã-Bretanha colonizou a Gâmbia, Gana, Serra Leoa, Nigéria e Togo (colônia alemã até o final da Primeira Guerra Mundial). O colonialismo português esteve presente na Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Já a Libéria, criada por escravos libertos dos Estados Unidos em 1847, foi o único país africano, juntamente com a Etiópia, não colonizado. À exceção da Libéria, todos os demais países da África ocidental ficaram independentes após 1958.

Numa região de grande diversidade etnocultural, as rivalidades entre as potências coloniais e as políticas desenvolvidas no interior de suas respectivas colônias geraram fronteiras artificiais e arbitrárias, que se mantiveram intocadas após a independência. A existência de grupos etnoculturais com tradição de rivalidades e antagonismos no interior dessas fronteiras tem sido fonte quase inesgotável de conflitos e tensões.

Para tornar ainda mais complexo esse quadro, juntou-se novo fator: a ganância pela exploração dos expressivos recursos naturais existentes na região (diamantes, ferro, madeiras nobres, petróleo, ouro, entre outros). Os recentes conflitos e tensões no interior do Senegal, Gâmbia, Libéria, Serra Leoa, Costa do Marfim e Nigéria exemplificam a situação. No contexto geopolítico regional, a Nigéria, apesar de seus enormes problemas internos, é o país de maior importância geopolítica. Isso decorre não só do fato de concentrar cerca de metade da população da região, mas também de sua expressão econômica. O PIB (Produto Interno Bruto) do país representa pouco mais de 50% de toda a produção de riquezas geradas pelos países da África ocidental. Essa é uma das razões que fez da Nigéria o país líder da Comunidade Econômica dos Estados da África ocidental.